

MEMÓRIA DOS PROMOTORES DE JUSTIÇA APOSENTADOS

ROMEU DE ALMEIDA SALLES JUNIOR

**PROMOTOR DE JUSTIÇA APOSENTADO NA ENTRÂNCIA
ESPECIAL**

A ESCOLHA PELA CARREIRA

Optei pelo curso de Direito, prestando vestibular na Instituição Toledo de Ensino (ITE), Faculdade de Direito de Bauru em 1959. Durante o primeiro ano, impressionei-me com as atividades de um dos professores: Promotor Público (naquele tempo) de Bauru. Procurei informar-me a respeito da profissão. Passei a nutrir a idéia de fazer o curso visando meu ingresso na carreira. Nessa mesma época, conheci outro Promotor de Justiça de Bauru: o doutor Calmette Sátiro Bonatelli. Da amizade que surgiu tive oportunidade de obter orientação valiosa para meus estudos de Direito. É verdade que tinha também a intenção de advogar para conhecer peculiaridades da advocacia e também para adquirir experiência. Sonhava atuar num grande escritório da Capital. Algum tempo após haver concluído o curso de Direito (final do ano de 1963), fui contratado como advogado do Escritório de Advocacia “Arlindo de Carvalho Pinto Neto” de São Paulo. Ali trabalhei por dois anos e oito meses (novembro de 1966 até junho de 1969). Em fevereiro de 1969, foram abertas as inscrições para outro. Inscrevi-me. Era o 40º concurso com 20 vagas e mais de 1.000 candidatos inscritos. A prova escrita foi realizada no dia 25 de maio deste ano na Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Prestei o exame oral no dia 29 de julho. No dia 31, dois após, os resultados foram proclamados: fui aprovado em 5º lugar.

O CONCURSO DE INGRESSO

As provas foram difíceis. A Procuradoria de Justiça limitava as vagas postas em concurso: vinte apenas. A banca examinadora era presidida pelo Procurador Geral de Justiça doutor Dario de Abreu Pereira. O representante da Ordem dos Advogados do Brasil inquiria sobre Direito Civil. Direito Penal e Direito Processual Penal estava sob responsabilidade do doutor Carlos Alberto Gouveia Kfourri. O doutor Mário Arantes abordava Direito Processual Civil e Direito Constitucional. E o doutor Wilson Dias Castejon completava a mesa com Direito Falimentar e legislação social.

No dia 29 de julho de 1969 houve proclamação dos resultados. No dia 14 de agosto ocorreu a cerimônia de posse dos vinte candidatos aprovados.

A EXPERIÊNCIA DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

Minha experiência como Promotor substituto, por força da primeira designação, ocorreu em Cotia no mês de setembro de 1969. O titular estava de licença e fui credenciado por portaria para substituí-lo. A pauta forense marcava dois julgamentos pelo Tribunal do Júri. Um deles foi adiado, porém tive que fazer minha estréia atuando como acusador quinze dias após haver iniciado o exercício da carreira. Apesar da inexperiência no Júri obtive êxito visto que o Conselho de Sentença acolheu a minha tese. A dificuldade maior do processo girava em torno da ausência total de testemunhas. Havia apenas a versão do acusado e as circunstâncias que deveriam ser analisadas à luz da doutrina e da jurisprudência.

No segundo mês de exercício como substituto fui designado para a Vara Distrital de Itaquera onde permaneci por três meses até o dia 31 de dezembro de 1969. Com a competência limitada daquela vara pude adaptar-me aos serviços com maior rapidez. Seguiram-se as designações para o plantão judiciário em Presidente Prudente em janeiro de 1970; volta a São Paulo para uma das promotorias no Tribunal de Justiça; retorno ao interior, com permanência em Garça por quase três meses.

Gostei de trabalhar como substituto em todos os locais para os quais fui designado. A variação de ambientes, as peculiaridades de cada lugar ajudaram-me no desenvolvimento necessário para o exercício da função. Tive oportunidade de atuar, ainda como Promotor de Justiça substituto, mais uma vez, no Tribunal de Júri. Foi na comarca de Garça com novo acolhimento de minha tese de acusação.

PRIMEIRA COMARCA COMO TITULAR

Quando completava oito meses de carreira fui promovido para a primeira entrância. No dia 12 de maio, por antiguidade, tornei-me Promotor de Justiça titular da comarca de Bilac, cidade localizada na Alta Noroeste, próxima às cidades de Birigui e de Araçatuba. Passei, então, a vivenciar coisas muito típicas de cidade pequena do interior. Com pouco mais de cinco mil habitantes, Bilac apresentava uma estrutura social que me era desconhecida. É que sempre vivi em Bauru e trabalhei alguns anos em São Paulo. Da Capital para Bilac minha vida mudou radicalmente. Tive que adaptar-me a novo estilo e ritmo de vida. Além do mais, mudei-me para a cidade com Cecília, minha esposa, grávida do primeiro filho, hoje Promotor de Justiça da Capital (Roberto de Almeida Salles). Cheguei a Bilac no dia 14 de maio de 1970 e ali permaneci por pouco mais de quatro anos. Nesse período, por várias vezes, acumulei a Promotoria de Justiça da comarca de Birigui, nas férias ou licença do seu titular.

Consegui adaptar-me ao novo ambiente. O movimento forense era reduzido, de modo que as ocorrências no setor policial e as demandas resumiam-se a coisas corriqueiras sem maiores dificuldades.

O que realmente tornava a vida um pouco complicada era o fato de o acesso à cidade ser feito por estrada não asfaltada. As condições da pista variavam segundo as do tempo: na estiagem muita poeira; na estação das chuvas praticamente intransitável. Dificuldades também eram encontradas na questão do abastecimento. No único açougue da cidade era necessário inscrever-se como interessado

em carne, visto que somente uma rês era abatida por semana. Nos primeiros oito meses morei no Fórum. Fazia uso de um quarto junto ao salão do Tribunal do Júri com o seu respectivo sanitário. A esposa grávida permanecia em Bauru na casa da mãe. Eu retornava nos finais de semana. Indicaram-me uma senhora de origem árabe que em sua casa fornecia refeições.

Seis meses após chegar à comarca consegui alugar uma casa adquirida por um dos moradores através de um consórcio da Prefeitura. O valor do aluguel era cinco vezes o praticado na cidade.

O Fórum estava instalado num prédio térreo no centro de um dos dois jardins públicos da cidade. Uma quadra inteira arborizada e o imóvel no centro. Ali funcionara anteriormente a prefeitura. Gostei das instalações. Tudo muito modesto, porém limpo e de boas acomodações. De imediato arrumei minha sala para iniciar os trabalhos. Não havia mobiliário próprio. Trouxe parte de meus móveis para compor o gabinete da Promotoria.

As comunicações por telefone eram realmente problemáticas. Uma ligação interurbana tinha que ser pedida para a empresa telefônica de São José do Rio Preto que a repassava para a companhia que estava ligada ao resto do Estado de São Paulo. Dificilmente uma ligação era completada no mesmo dia.

Quanto à execução dos trabalhos não experimentamos dificuldades. Pouco serviço, cartório com pessoal capacitado e a estabilidade funcional alcançada pelo fato de Delegado, Promotor e Juiz permanecerem na comarca por alguns anos.

Em Bilac atuei apenas uma vez no Tribunal do Júri com acolhimento de minha tese pelos jurados. A comarca não oferecia problemas relacionados a delitos de maior gravidade. O único homicídio, e mesmo assim tentado, nos quatro anos em que permaneci na comarca, constituiu exceção e teve o poder de concentrar as atenções de todos os habitantes locais. O julgamento começou às 12h00 de um dia e terminou às 04h00 da madrugada do dia seguinte. Até o último instante o salão do júri permaneceu lotado. O dia amanheceu com as ruas movimentadas. Todos comentavam os lances do julgamento.

Quase quatro anos após a minha chegada, numa época em que me preparava para deixar a comarca, o Estado inaugurou o novo edifício do Fórum. Prédio de dois pavimentos, de pequenas dimensões, dentro dos padrões estabelecidos pelo poder público. Pouco trabalhei nesse imóvel. Minha promoção para a comarca de Andradina, a última comarca do Estado em direção a Mato Grosso do Sul, foi publicada pouco tempo depois.

A PASSAGEM PELAS OUTRAS COMARCAS

ANDRADINA.

Por constituir novidade, os momentos vividos na primeira comarca permanecem em maior número na memória. Assim, com relação às outras, várias dificuldades existentes no início da carreira desapareceram. Mesmo porque, as outras cidades eram maiores e providas de mais recursos.

Gostei de Andradina. Fui promovido para a 2ª Promotoria de Justiça no final do mês de julho de 1974. Foi o melhor período de minha vida como Promotor. Apesar da distância e de algumas limitações, eu e minha família (esposa e dois filhos) fomos felizes. Permaneci na cidade por quase cinco anos.

Quando assumi, os serviços estavam atrasados. A pauta forense era de quase um ano. No primeiro domingo, como residente, à noite, passeando com a esposa (grávida do segundo) e com o primeiro filho pela praça central, perto de 21h00, parado junto a um carrinho de pipocas, ouvi vários disparos do outro lado da rua, aproximadamente vinte metros de onde nos encontrávamos. Um cidadão havia sido assassinado no interior de um restaurante. Os que passeavam pelas imediações correram e logo em seguida foi efetuada a prisão do homicida. Embora não fosse Promotor do Júri, acompanhei as primeiras providências oficiais a partir daquele momento.

Mas, exceção feita a esse problema, minha estada em Andradina foi tranqüila. Tive muito trabalho e obtive muitos resultados favoráveis, sem maiores surpresas. O período de construção da

barragem de Jupiá já havia terminado, de modo que a cidade perdera aquele movimento extraordinário de pessoas ligadas aos serviços braçais da obra. O índice de criminalidade violenta experimentava considerável decréscimo.

Como titular da 2ª Promotoria de Justiça foi possível, juntamente com o juiz, doutor João Silveira Netto, sanar inúmeros problemas que afetavam o bom andamento dos serviços. Em dez meses conseguimos reduzir a pauta forense para vinte dias apenas. Para melhorar, o Fórum que estava instalado em prédio decadente na praça central (chovia muito no seu interior, além de outros defeitos estruturais), foi substituído por outro recém construído e inaugurado em local afastado do centro.

Deixei a comarca por haver sido removido para Araçatuba, em fevereiro de 1979, para assumir o cargo de Promotor de Justiça Auxiliar.

Meu último trabalho em prol de Andradina ocorreu quando me apresentei na Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça de São Paulo para denunciar o então Juiz de Direito da 1ª Vara e vários funcionários (inclusive a escrivã) do cartório do 1º Ofício pela prática de diversos crimes funcionais. Com as investigações do Tribunal, todos foram imediatamente afastados e não mais retornaram aos cargos. Eu atuava junto à 2ª vara da comarca, tendo como magistrado o doutor João Silveira Netto. Por vacância do cargo de Promotor, tive que acumular os serviços da promotoria junto à 1ª Vara, trabalhando com outro juiz, quando irregularidades graves vieram à tona com virulência capaz de comprometer irremediavelmente os trabalhos forenses.

ARAÇATUBA.

Em Araçatuba, como Promotor de Justiça Auxiliar, permaneci cinco anos atuando na área criminal. O número de processos em andamento era elevado. Eu respondia por três números finais de processos em cada Vara Criminal (1ª e 2ª). Posteriormente, por nova divisão de serviços, passei a officiar exclusivamente em todos

os inquéritos policiais da comarca, apreciando-os e manifestando-me (denúncias, pedidos de arquivamento, de diligências). Concomitantemente, por vários meses, prestei idêntico serviço na comarca de Birigui, cumulativamente.

O destaque maior desse período foi representado pela atuação do Ministério Público em processo criminal contra um ex-prefeito de Araçatuba, e também ex-deputado federal, que absolvido em primeira instância, teve sua condenação decretada, inclusive com perda dos direitos políticos, por acolhimento de meu recurso de apelação pelo Tribunal de Justiça. O processo, que inicialmente tramitava perante a Justiça Federal, foi remetido para a comarca de origem quando do término do mandato do acusado. Ali oficiamos na fase final e recursal.

Essa decisão provocou mudança substancial na política local e deu margem a que Araçatuba viesse a ter, pela primeira vez em sua história, em eleição posterior, uma mulher eleita para a chefia do Poder Executivo.

BAURU.

Minha promoção para Bauru ocorreu em maio de 1984. Eu que vinha trabalhando apenas com matéria criminal, passei a atuar na 2ª Curadoria Geral junto à 2ª Vara Cível. Mudança radical. Foi necessário passar por um período de adaptação, atualizar-me em Direito Civil e Processo Civil. Vislumbrei, no entanto, a possibilidade de permanecer em contato com a área penal. Lecionando e escrevendo obras de Direito Penal, tinha interesse em não perder o contato com a matéria. Alterando a divisão de serviços, permaneci no cível e acrescentei três finais de processos criminais da 1ª Vara Criminal. Meu serviço experimentou aumento apreciável, mas era exatamente o que eu desejava. Bauru é comarca de muito movimento. Excelente para atuar num final de carreira. Gostei. Afinal, eu estava de volta à minha cidade.

Quando completei trinta anos de serviços (1992) muni-me da certidão própria para requerer a aposentadoria. No entanto, tive que

adiá-la. A Procuradoria Geral de Justiça determinava que fosse efetivamente instalada a Promotoria de Justiça da Pessoa Portadora de Deficiência (nome da época). Deixei de lado minhas pretensões e iniciei a tarefa. Cadastrei todas as entidades do setor, promovi uma série de alterações em algumas delas, redigi projetos de lei que foram apresentados ao poder municipal, providenciei, com orientação superior, medidas que visavam atendimento imediato das respectivas entidades com os recebimentos de numerário oficial a que tinham direito. Conheci interna e minuciosamente uma maravilha de primeiro mundo: o trabalho desenvolvido pelo “Hospital de Pesquisa e de Reabilitação de Lesões Lábio-Palatais” – o “Centrinho” – de Bauru.

Encerrei esse trabalho em 1994. Não lamentei o fato de trabalhar além do tempo necessário para a aposentadoria. Intimamente agradei por haver tido a oportunidade de conhecer todo aquele complexo e também as atividades desenvolvidas por outros centros de atendimento de pessoas com necessidades especiais. Conheci pessoas de extrema cultura especializada e intensamente dedicadas a melhorar a vida de milhares de pacientes. Posso, sem sombra de dúvida, afirmar que foi um dos momentos gloriosos de minha carreira, considerando o papel do Ministério Público como órgão de defesa dos interesses da sociedade.

SÃO PAULO.

No início dia 5 de março de 1994, fui promovido para a 61ª Promotoria de Justiça de São Paulo. Dia 7 de março, compareci ao gabinete da Assessoria do Procurador Geral de Justiça. Portava dois documentos: ofício comunicando que estava assumindo a 69ª Promotoria de Justiça da Capital; requerimento, solicitando minha aposentadoria. Por ser admissível na época, tive meu pedido de aposentadoria deferido prontamente. Sem deixar de ser Promotor de Justiça, desliguei-me da ativa. No dia 9 de março, o Diário Oficial publicou a minha aposentadoria.

O CRITÉRIO DE MINHAS PROMOÇÕES.

Durante toda a carreira somente fui promovido pelo critério de Antiquidade. Permaneci muito tempo em cada comarca, valendo-me das vantagens de criar os filhos no interior, de viver em clima quente, de muito sol.

Roberto nasceu em São Paulo quando prestava serviços em Bilac. Renata também nasceu na Capital quando já me encontrava em Andradina.

PROCURADORES GERAIS E CORREGEDORES DESSE LONGO PERÍODO.

Procuradores: Drs. Dario de Abreu Pereira, João Severino de Oliveira Peres, João Batista de Santana, Oscar Xavier de Freitas, Paulo Salvador Frontini, Cláudio Ferraz Alvarenga, Antônio Araldo Ferraz Dal Pozzo.

Corregedores: Drs. José Guarino Marcos Garcia, Luiz César Gama Pelegrini, Rubens Teixeira Scavone, Wilson Dias Castejon, Hermínio Marques Porto, Herberto Magalhães da Silveira Junior, Arthur Cogan, Optaciano Capistrano da Silva.

ATUAÇÃO FORA DA CARREIRA.

Paralelamente ao exercício da função dediquei-me ao magistério superior (Faculdade de Direito de Araçatuba) a partir de 1972. E também à elaboração de livros de Direito Penal. Lancei meu primeiro livro quando ainda trabalhava em Andradina no ano de 1978. Seguiram-se outros nos anos posteriores quando atuava em Araçatuba e Bauru. No ano de 2000 lancei meu último trabalho, o 26º livro, encerrando essa atividade após escrever com exclusividade para a Editora Saraiva de São Paulo.

APROXIMAÇÃO DA APOSENTADORIA.

Exercendo as três atividades relacionadas, o encerramento de uma delas permitiria que continuasse trabalhando. Foi o que aconteceu. Não fiquei temeroso com a aproximação da aposentadoria. A aposentadoria é um ótimo negócio. Porém, continuo lecionando em Araçatuba. Completei quarenta e dois anos de magistério no final do ano de 2013.

ENCERRAMENTO: BREVES PALAVRAS.

Tornar-me Promotor de Justiça representou a realização de um sonho. Não senti o transcurso do tempo, justamente porque esses anos de minha vida foram dedicados àquilo que sempre busquei. Ingressando no Ministério Público conheci uma Instituição de valor incomensurável. Conheci pessoas que consciente ou inconscientemente ajudaram-me na minha realização pessoal.